Plano de Contratações Anual 2026

A Lei 14.133/2021 trouxe uma mudança de olhar sobre as compras públicas. Entramos em um momento de foco maior em gestão e governança. Agora é ainda mais necessária <u>coesão</u> entre as etapas: planejar, executar de forma adequada e prestar contas do dinheiro público. Não é apenas a mudança de uma norma, é uma mudança de olhar, de perspectiva.

Nova Perspectiva e Macroprocesso de Contratações

Fase de Planejamento

Realizada em conjunto com as áreas demandantes de aquisições e serviços, trata do planejamento geral das contratações a serem realizadas pelo órgão ou entidade.

Fase Preparatória

Definição dos principais elementos da futura contratação, com a elaboração dos documentos necessários como Estudo Técnico Preliminar, Mapa de Riscos, Termo de Referência, entre outros.

Fase Externa

Seleção da melhor proposta de acordo com as regras definidas para a contratação.

Fase de Gestão e Fiscalização

Realizada pelo gestor e fiscal do contrato ou pelas comissões de gestão e fiscalização contratual.

Fase de Avaliação

Concomitante à execução do objeto, serão levantados os dados necessários para constatar se o mesmo está sendo entregue conforme especificado.

Este relatório tem como foco a fase de planejamento, conforme estabelecido pelo Decreto Municipal nº 3335/2023.

Instrumentos de Governança nas Contratações Públicas

Planejamento Estratégico

Planejamento Estratégico da Administração Pública Municipal de Casimiro de Abreu

Instrumentos Orçamentários

- Plano Plurianual (PPA)
- Lei de Diretrizes
 Orçamentárias (LDO)
- Lei Orçamentária Anual (LOA)

Planos Específicos

- Plano Tático do órgão ou entidade
- Plano Operacional do órgão ou entidade
- Plano de Contratações
 Anual (PCA)
- Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS)

Instrumentos de Integridade

- Código de Integridade do Agente Público
- Plano de Integridade das Licitações e Contratações Públicas

Avaliação

Avaliação dos resultados da contratação através de registros próprios ou de funcionalidade do PNCP

O Plano de Contratações Anual (PCA) é um instrumento de governança e planejamento. É muito importante, porque nele são reunidas as necessidades públicas que se pretende atender em um determinado exercício. É uma manifestação prática do princípio do planejamento.

Plano de Contratações Anual e Documentos de Formalização de Demandas

O que é o PCA?

O PCA é composto por uma grande soma de Documentos de Formalização de Demandas - DFDs. Cada DFD registra uma necessidade pública e uma proposta de solução. A ideia principal é registrar que aquela necessidade existe.

Durante o ano de execução do PCA, cada DFD aprovado será retomado para dar origem, sozinho ou com outros DFDs, a um Estudo Técnico Preliminar - ETP.

Estudo Técnico Preliminar (ETP)

No ETP, a necessidade pública será analisada e serão propostas outras soluções, que serão comparadas.

Aspectos considerados:

- Menor preço (considerando o ciclo de vida do objeto)
- Viabilidade técnica
- Economia de escala
- Adequação à finalidade

É importante considerar o ciclo da contratação e se a solução escolhida atende ao prazo necessário, conforme o princípio do planejamento (Art. 5° da Lei 14.133/2021).

Este relatório visa fornecer uma visão estratégica das intenções de compra e contratação para 2026, destacando oportunidades de otimização e áreas de foco para a administração pública.

Diversidade e Complexidade das Aquisições

Bens

- Ar condicionado
- Gás e água
- Descartáveis
- Vestuário
- Veículos
- Alimentos
- Mobiliário
- Eletrônicos
- Materiais de construção
- Software

Tecnologia

Investimentos em TIC:

- Licenças de software: R\$ 1,3
 milhão
- Telesaúde: R\$ 75 milhões
- Sistema de gestão em saúde:
 R\$ 2,7 milhões



Serviços

- Abastecimento de veículos
- Certificados digitais
- Bem-estar sanitário
- Locação e manutenção
- Digitalização
- Hospedagem em nuvem
- Telecomunicações
- Consultoria
- Eventos
- Transporte
- Saúde

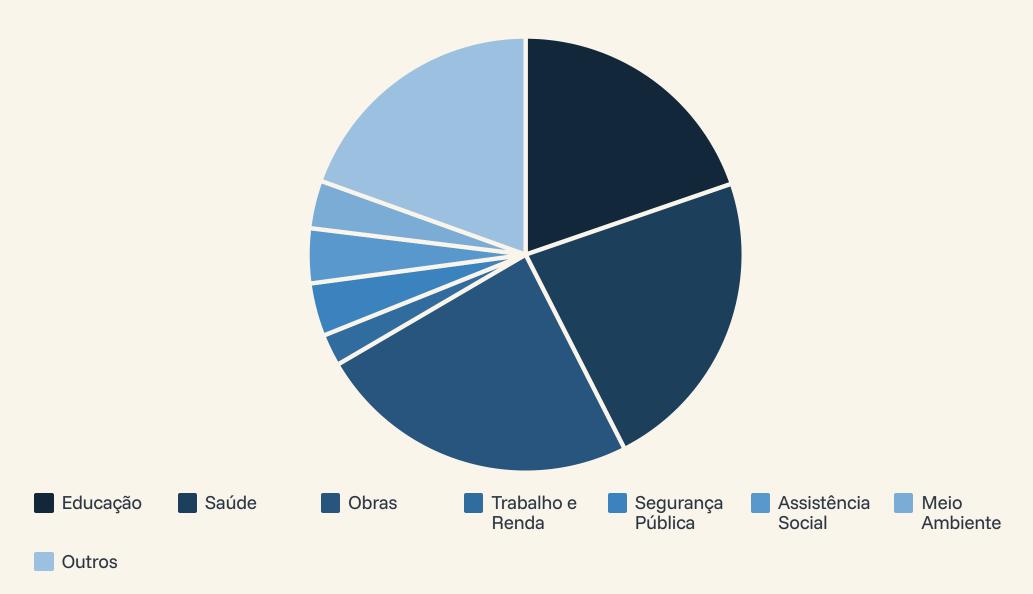
Obras

Investimentos significativos em infraestrutura:

- Iluminação LED: R\$ 25 milhões
- Varrição e capina: R\$ 19
 milhões
- Urbanização: R\$ 10 milhões

Essa diversidade exige equipes de compras com múltiplos conhecimentos técnicos e jurídicos para lidar com diferentes tipos de licitação e especificações.

Prioridades Setoriais e Transparência



Setores como Educação, Saúde, Obras/Infraestrutura e possuem as maiores alocações orçamentárias. Isso reflete as áreas estratégicas da administração pública.

A organização dessas informações em planilhas detalhadas sugere um esforço de planejamento e, implicitamente, de governança. Para aprimorar a gestão, a publicação e o acesso a esses dados de forma clara aumentam a transparência sobre o gasto público.

Com um total de contratações que alcança **R\$ 753.911.445,55**, a gestão inteligente e planejada desses processos é crucial para maximizar o impacto dos recursos públicos.

Relevância Estratégica por Setor



Educação

Garante a aquisição de materiais didáticos, infraestruturas escolares e serviços essenciais para o desenvolvimento educacional.



Saúde

Assegura o fornecimento de medicamentos, insumos hospitalares, equipamentos médicos e serviços de saúde.



Obras

Essencial para projetos de infraestrutura como estradas, pontes, edifícios públicos e redes de saneamento.



Trabalho e Renda

Suporta programas de capacitação profissional, empreendedorismo e geração de oportunidades.



Segurança Pública

Vital para equipamentos, tecnologias e serviços para as forças de segurança e gestão do trânsito.



Assistência Social

Permite a aquisição de alimentos, produtos de higiene e serviços para populações vulneráveis.

Em síntese, a estratégia nas compras públicas vai além da conformidade legal, sendo uma ferramenta poderosa para a governança eficiente e para a materialização das políticas públicas. Ao planejar, executar e monitorar as aquisições e contratações de forma estratégica, os órgãos públicos podem transformar o investimento de centenas de milhões de reais em benefícios tangíveis e sustentáveis para a população.

Economia de Escala e Otimização via Compras Compartilhadas

O volume significativo de compras compartilhadas (mais de R\$ 188 milhões, representando 24,97% do total) demonstra uma estratégia clara para buscar melhores condições de preço, padronização de itens e redução da carga administrativa individual para cada órgão. Isso é uma prática eficaz para a gestão de recursos públicos.

Principais categorias de compras compartilhadas:

- Veículos: R\$ 14,6 milhões
- Estruturas para eventos: R\$ 13,4 milhões
- Mobiliário: R\$ 9,3 milhões
- Materiais de limpeza e descartáveis: R\$ 8,8 milhões
- Materiais de escritório: R\$ 8,3 milhões
- Materiais de construção: R\$ 8,2 milhões
- Eletrônicos e TIC: R\$ 6,9 milhões



Distribuição das compras planejadas para 2026

O valor total das contratações compartilhadas é de **R\$ 188.250.265,32**, representando uma importante estratégia de otimização de recursos e processos administrativos.

Estimativa Versus Realidade: A Dinâmica dos Valores







Estimativas no PCA

Os valores incluídos no PCA são apenas estimativas, calculados com base em pesquisas de mercado, cotações ou contratos anteriores, refletindo o custo aproximado de cada item no momento do planejamento.

Competição na Licitação

Quando o processo licitatório é aberto, a competição entre os fornecedores entra em jogo. Para garantir o contrato, as empresas geralmente oferecem preços mais baixos do que os valores de referência.

Orçamento Dinâmico

O orçamento público não é estático. Ele flutua conforme a arrecadação de impostos e receitas ao longo do exercício financeiro. Se a arrecadação for menor do que o previsto, o governo pode precisar revisar os qastos.

A diferença entre o que foi planejado no PCA e o que foi realmente contratado não significa, necessariamente, um erro de planejamento. Na verdade, ela é um reflexo do processo de compras públicas, que é influenciado tanto pela competição de mercado na licitação quanto pelas variações na disponibilidade de recursos financeiros do governo.

O Plano de Contratações Anual é uma ferramenta de planejamento, não uma obrigação de gasto, e sua flexibilidade é essencial para a gestão responsável do dinheiro público.